

Encontros estaduais dos bancos federais pela isonomia

Nos Congressos da Caixa e do Banco do Brasil foi aprovada a construção de Encontros Estaduais pela Isonomia. Há um projeto na Câmara Federal para a isonomia nas empresas públicas.

Os trabalhadores perdem muito com a falta da isonomia. Nos bancos públicos perde-se a licença-prêmio e o ATS - Adicional de Tempo de Serviço (1% ao

ano de trabalho), o que significa valores expressivos ao longo da carreira. Um trabalhador com salário de R\$ 2 mil pode, por exemplo, perder ao longo de 30 anos de carreira um valor igual a R\$ 36 mil (pela licença-prêmio) e 30% de aumento no salário, além de outras perdas específicas de cada banco.

Por isso é fundamental a construção dos Encontros

Estaduais que debatam a organização e a luta pela Isonomia. Tem um projeto de Lei na Câmara Federal e este é o último ano do governo de Lula. Então, há razão de sobra para a organização em defesa da bandeira da isonomia. Já!

Dia 11 de setembro é o dia dos Encontros Estaduais. Participe e traga seus colegas.

BB: Cadê o PCS, o plano odontológico e o respeito aos funcionários incorporados?

O Banco do Brasil está seguindo a política do governo do PT de não respeitar os Acordos Coletivos. Até agora não há sinais de que o PCS vai sair, nem foi implantado o Plano Odontológico acordado com o banco.

A Cassi está sendo administrada pelo mesmo critério do banco, acumulando superávit enquanto os empregados padecem enfermos pelo estresse. Os repre-

sentantes eleitos são tão responsáveis quanto o BB nessa história, pois, em vez de defenderem os interesses dos funcionários, estão seguindo as regras do banco.

O BB também não respeitou a cláusula de contratação de mais 10 mil funcionários para atender às necessidades das agências, que estão um caos.

Por fim, os funcionários oriundos do Besc e da Nossa Caixa estão sofrendo um grande assédio moral para

abrirem mão de seus direitos. São discriminados na distribuição de função de confiança e tratados como funcionários de segunda linha.

É uma vergonha o governo Lula! Além de privatizar e de fazer fusões como os bancos privados fazem, trata os trabalhadores como o Santander trata os ex-Banespa e os ex-ABN Real, e como o Itaú trata o pessoal do Unibanco.

CEF: Lutar contra a reestruturação e melhorar o PFG

A Caixa segue atropelando os empregados com uma truculência parecida com a do período FHC.

A reestruturação foi um golpe duro em muitos colegas, pois o fechamento de unidades levou a perda de função e a transferências que mexeram profundamente com a vida dos empregados. O PFG é o desdobramento dessa história.

Agora, além de discriminar os empregados do

Reg/Replan e os que têm função assegurada na Justiça, está reduzindo os valores de várias funções, mudando a nomenclatura (algumas com nomes de muito mal gosto) para colocar algumas funções sem parâmetro de mercado e, ainda, segue mantendo o CTVA.

Há também outro problema, pois estão havendo muitas denúncias de PSI flexibilizado. Os gerentes

estão nomeando seus amigos em detrimento de empregados com currículo e com anos de experiência e capacidade para executar o serviço.

Por fim, para além de todos os problemas, é preciso constatar que, mais uma vez, a Caixa não está cumprindo o Acordo Coletivo, já que ainda não contratou os 5 mil empregados para ajudar no atendimento nas agências.

Bancários dos privados exigem estabilidade e fim do banco de horas

Para os bancários da rede privada, a maior preocupação é com o emprego, pois no mercado a rotatividade é muito alta, acarretando na demissão de quem tem mais tempo de banco para a contratação de um bancário mais novo, com salário menor. Para conter isso, é fundamental o debate sobre o aumento do piso salarial.

O MNOB defende que o piso da categoria deve ser igual ao salário mínimo proposto pelo Dieese (R\$ 2.257,52), que é o mínimo necessário para uma família viver com dignidade.

Outro problema que afeta a questão da estabilidade são as fusões. Os bancários sofrem demissões em massa quando um banco é incorporado por ou-

tro, mesmo que o lucro continue nas alturas.

Os bancos privados estão aproveitando para enxugar demitindo muito e obrigando os que ficam a um trabalho extenuante, e sem remuneração, pois com o banco de horas, ao invés de pagamento de hora extra, a categoria é obrigada a compensar, mas só quando o banco quer!

Metas são sinônimo de assédio moral

Os bancos estão vorazes pela disputa de mercado. Empréstimos, venda de cartões, seguros e outros produtos, e, depois, cobrança dos mesmos, estão transformando o bancário em vendedor. Consequentemente, os salários estão diminuindo para dar lugar à remuneração variável, que não é incorporada ao salário e, portanto, não gera reflexo sobre o 13º, sobre férias, FGTS, etc.

O problema é que a pressão pela venda dos produtos acaba levando muitos bancários a ter graves problemas de saúde. Quando isso acontece, o banco, se é privado, demite e contrata outro; se é público, encosta o bancário em qualquer canto.

A luta contra as metas é uma obrigação dos sindicatos, que precisam conscientizar a categoria para também lutar contra isso. Nos bancos públicos, então, o debate é mais profundo porque tem que se debater o papel desses bancos, se eles devem disputar o mercado ou servir à população mais pobre e aos pequenos produtores, cumprindo um papel social.

Infelizmente, a Contraf/CUT tem se pautado por negociar as metas, ao invés de combatê-las.